

# Proposta é criar agência para administrar títulos

BETH CATALDO

BRASÍLIA — A proposta americana para solucionar o endividamento externo dos países do Terceiro Mundo aproxima-se das idéias defendidas recentemente na ONU pelo Presidente da União Soviética, Mikhail Gorbachov, que defende a criação de uma agência internacional especificamente voltada para a administração dos títulos da dívida. De posse desses papéis, adquiridos com desconto no mercado secundário, a agência internacional, alimentada com capitais das nações desenvolvidas, refinanciaria os débitos em condições mais favoráveis de prazos e juros.

A proposta de criação da agência internacional consta do documento produzido na recente reunião dos ministros da Fazenda do chamado Grupo dos Oito. Até a próxima terça-feira, o Presidente José Sarney, encarregado de articular o encaminhamento da proposta do Grupo dos Oito, deverá concluir o processo de consulta aos presidentes dos países que compõem o grupo. O que os principais países latino-americanos terão à mão é mais um instrumento de pressão política sobre os países industrializados, particularmente os Estados Unidos, que são o principal credor de todos eles.

O Governo brasileiro guarda reservas em relação aos contatos mantidos com o futuro governo americano. O Secretário para Assuntos



Internacionais do Ministério da Fazenda, Sérgio Amaral, limita-se a informar que o País conta com a experiência e sensibilidade de James Baker, virtual Secretário de Estado do governo Bush, para a nova etapa do processo de negociação da dívida externa. E o Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, alerta que não se deve esperar uma saída específica para o caso brasileiro, mas sim uma proposta que contemple soluções para todos os países devedores da América Latina.

Mailson está convencido de que o momento é oportuno para deslocar a discussão da dívida externa para o campo político. Ele não acredita, porém, que seja possível contar com resultados práticos nesse processo antes de um a dois anos, mesmo que a decisão política possa ser aguardada a curto prazo. Até lá, o Ministro defende a manutenção do atual acordo com os bancos credores privados,

que segundo ele, proporcionou ao País condições mais favoráveis para o pagamento de juros de seus débitos, bem como a reabertura da via da negociação com a comunidade financeira internacional.

No Congresso Nacional, entretanto, lideranças de vários partidos trazem um clima de urgência para a alteração do atual acordo da dívida e para a redefinição dos parâmetros que norteiam o relacionamento do País com os seus credores. O Deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), por exemplo, classifica o acordo de ruinoso para o País, antevedendo resultados eleitorais desastrosos para os seus patrocinadores. Já o Senador Albano Franco (PMDB-SE) é menos contudente nas críticas, mas também está convencido de que novas condições devem ser propostas para a questão da dívida, a partir, inclusive, do consenso sobre a necessidade dessa revisão no âmbito do pacto social.